

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PESCA E AQUICULTURA

Newton José Rodrigues da SILVA ^{1,2}

¹ Extensionista da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

² Endereço/Address: Casa da Agricultura de Santos - Avenida Bartolomeu de Gusmão, 192 - Ponta da Praia - CEP: 11030-500 - Santos - SP - Brasil. E-mail: newtonrodrigues@cati.sp.gov.br

Palavras-chave: Economia social; economia do dom; terceiro setor; cooperativismo; associativismo

INTRODUÇÃO

A economia solidária é integrada por um conjunto de iniciativas econômicas privadas, comumente de natureza cooperativista e associativista, autônomas em relação ao Estado, que valorizam o interesse coletivo e a solidariedade. Estas iniciativas apresentam configurações fundamentadas em relações permanentes com o mercado ou mesmo não-monetárias, baseadas no dom, caracterizando-se pelas ações de dar, receber e retribuir. Assim, os trabalhos voluntários também integram a economia solidária com a contribuição das ações individuais e familiares na economia, mas que não são computadas no cálculo das riquezas produzidas. As formas que constituem a economia solidária são cooperativas de consumo, cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, fundos rotativos e o voluntariado (LECHAT, 2002; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

BÜRGENMEIER (2000) acredita que a economia solidária possibilita a operacionalização da conhecida frase: “pensar globalmente e agir localmente” e não aponta qualquer diferença de significado com a economia social, pois afirma que o cooperativismo, associativismo e todas as atividades regidas pelo dom integram o terceiro setor da sociedade organizada. Essa afirmação, comum entre autores francofônicos, difere da interpretação da maioria dos autores brasileiros (LECHAT, 2002), que consideram as cooperativas integrantes do segundo setor por terem interesse econômico. Porém, as cooperativas familiares viabilizam o lucro para os seus integrantes, não havendo exploração da mais valia. Esse argumento reforça a ideia de que a economia solidária deve ser considerada como integrante do terceiro setor.

SINGER (2010) afirma que a economia solidária tem origem na Europa, logo após a emergência do capitalismo industrial, como resposta ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão de máquinas. No Brasil, na década de 1990 foram elaboradas as

primeiras políticas públicas para o seu desenvolvimento. Os eventos que marcaram o surgimento da economia solidária na Europa e no Brasil caracterizam-se como uma reação dos trabalhadores aos efeitos negativos do capitalismo. A situação atual da pesca artesanal e da aquicultura familiar é de grande dificuldade e de alguma forma sua origem equivale a dos trabalhadores que foram os pioneiros a se organizarem sob os fundamentos da economia solidária. A pesca artesanal enfrenta problemas como baixa remuneração e redução dos estoques de pescado. Em relação à aquicultura familiar, a paralisação das atividades pelos pequenos produtores é o principal efeito da concorrência com a aquicultura inserida no agronegócio. O poder público tem um importante papel para o fortalecimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar, visto que é de interesse da sociedade que haja a sua reprodução social, produção de alimentos de boa qualidade e gestão compartilhada dos recursos naturais. A economia solidária pode responder a esses desafios. Assim, emerge a seguinte questão: como o poder público deve atuar para fortalecer a pesca artesanal e a aquicultura familiar, considerando os princípios da economia solidária?

Ações do poder público para fortalecer a pesca artesanal e a aquicultura familiar

- Estimular e apoiar as proximidades

As proximidades geográficas, profissionais ou organizacionais são facilitadores para a criação de coesão social e relações de solidariedade. Possibilita, ainda, a organização da cadeia produtiva de forma que haja uma distribuição mais equitativa dos lucros e agregação de valor aos produtos, associando-os ao território ou à forma de produção. Assim, os pesquisadores e extensionistas devem realizar estudos socioeconômicos para compreender a existência de proximidades e ativá-las, com o objetivo de construir a economia solidária.

- Disponibilizar um serviço de extensão pesqueira e em aquicultura

É necessário que haja um serviço multidisciplinar para que se atenda às diferentes exigências da economia solidária. A atuação do extensionista não pode ser fundamentada na difusão de tecnologia. A sua ação deve contemplar o assessoramento técnico e organizacional baseado no construtivismo, com a valorização da participação. É de fundamental importância que os extensionistas atuem para a capacitação dos pescadores e aquicultores para a gestão de negócios, associativismo e cooperativismo e para o acesso às políticas públicas que podem viabilizar a economia solidária, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o crédito disponibilizado pelo PRONAF, que são de âmbito federal.

- Realizar pesquisa-ação

A pesquisa deve ser realizada com a inserção dos pescadores e aquicultores em todas as etapas da geração de tecnologia, valorizando os seus conhecimentos e necessidades. A atuação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, que deve estar integrada às dinâmicas locais.

- Elaborar projetos de forma participativa

Os projetos devem ser elaborados de forma participativa. Os agentes do poder público têm que considerar sempre um dos princípios fundamentais da sociologia das redes sociotécnicas: “nenhum projeto se impõe pelas suas qualidades próprias, são as redes sociotécnicas que os viabilizam” (AMBLARD *et al.*, 1996). Projetos que representam somente a lógica de um técnico, liderança comunitária ou poder público, têm grandes chances de não apresentarem resultados positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária pode viabilizar pescadores artesanais e aquicultores familiares desde que o poder público atue de forma alinhada em seus diferentes níveis com a execução contínua de políticas que proporcionem a emergência de inovações construídas socialmente, que possibilitem a sustentabilidade das atividades. Os pesquisadores e extensionistas envolvidos nesse processo devem estimular a prática do dom e exercê-la, atuando de forma diferenciada, impulsionados pela missão de contribuir com a construção de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G.; LIVIAN, Y.F. 1996 *Les nouvelles approches sociologiques des organisations*. Paris: Seuil. 244p.
- BÜRGENMEIER, B. 2000 *Principes écologiques et sociaux du marché*. Paris: Editora Economica. 306p.
- FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.-L. 2004 *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRS. 199p.
- LECHAT, M.P.N. 2002 Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Rio Grande do Sul, 2(1): 123-140.
- SINGER, P. 2010 *Introdução à economia solidária*. 4ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 126p.